

Aceitas as sugestões da Seplan

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O presidente José Sarney aceitou todas as sugestões da Secretaria de Planejamento (Seplan) sobre o Orçamento Geral da União, mas adiou para segunda-feira a assinatura da mensagem com os vetos e a sanção do restante do projeto, diante da decisão do Congresso de encaminhar ao Executivo uma nova versão da lei orçamentária com a correção de "imperfeições formais".

A informação foi dada ontem à noite na Base Aérea de Brasília pelo ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que esteve reunido com Sarney em São Luís (MA) para analisar o orçamento. Com o encaminhamento da nova versão do projeto de lei, o Executivo ganha outros quinze dias úteis para se ma-

nifestar sobre a matéria, mas a intenção é decidir tudo já no primeiro dia útil do ano.

"O presidente deseja remeter o mais rápido possível a mensagem com os vetos e sancionar o restante do projeto", assegurou Batista de Abreu, para quem é "extremamente importante iniciar o ano com o novo Orçamento da União em vigor". Assessores do ministro mostraram-se irritados com a decisão de última hora da área técnica do Congresso, comunicada aos participantes da reunião em São Luís somente por volta do meio-dia.

O próprio ministro não soube explicar quais seriam as modificações decididas pelo Legislativo. "Creio que são detalhes e imperfeições com erros de datilografia." Durante a reunião com Sarney, foram discutidos todos os aspectos

da análise feita pela Seplan, tendo se chegado à definição inclusive das "questões metodológicas", ou seja, quais os vetos por inconstitucionalidade e quais os que devem ser atribuídos à necessidade de preservar o "interesse público".

O ministro recusou-se a comentar as próximas medidas econômicas, dizendo que tratou com Sarney apenas de orçamento. Mas observou que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de 28,79%, em dezembro, mostra que "realmente temos que fazer algo muito importante para reduzir a inflação em 1989". Ele voltou a defender o pacto social como o fórum adequado à discussão da política de rendas, lembrando que sempre foi a favor da livre negociação de salários entre empresas e trabalhadores.